

CPI do PP envolve diretores da Elos

Foi aprovado ontem, quinta-feira, o relatório final da CPI do PP, que investigou entre outras irregularidades, a compra de ações da Sade por fundos de pensões de estatais. A Fundação Elos é uma das principais envolvidas no esquema e por isto o relatório da CPI lhe dedica várias páginas. O senador Cid Sabóia anunciou que o relatório será encaminhado à Procuradoria Geral da República para abertura dos inquéritos necessários na Polícia Federal.

Foram noticiados no relatório o superintendente da Elos, Rubens J. M. Iwersen e o diretor da fundação, Teotônio Barreto de Queiroz. Ele serão chamados a depor como suspeitos de envolvimento no ilícito.

Nas primeiras referências à Fundação Elos o relatório da CPI faz a cronologia do episódio que começa no dia 22 de abril de 1991, quando o Banco Inter-Atlântico oferece à Elos um lote de 8 bilhões de ações da Sade. No dia seguinte, segundo o relatório, o diretor financeiro da entidade, Teotônio Barreto de Queiroz, sugere a aquisição das ações. Mas a fundação acaba não aceitando a proposta do Banco Inter-Atlântico. Porém no dia seguinte, 24 de abril, a corretora BB DTVM oferece um lote de 400 milhões de ações da Sade à Elos. O analista de empresas da fundação, Edi L. Vedana, segundo o relatório da CPI, "emite naquele mesmo dia parecer favorável às perspectivas da empresa, porém não conclusivo quanto à compra das ações" (o LV entrevistou ontem o Sr. Vedana que disse ter dado parecer que "a empresa Sade tem potencial, mas não recomendei nem a compra nem a venda de ações"). Ainda no mesmo dia, a Elos subscrive e integraliza 400 milhões de Ações junto à BB DTVM.

Nesta altura o relatório salienta que "a gravidade da denúncia assoma ao lermos a ata da 101ª reunião do Conselho de Curadores da Elos, que o empecilho - falta de liquidez da Fundação - foi removido por oportuna liberação de recursos da Eletrosul, sua patrocinadora".



TRT mantém Girard na Eletrosul

O Tribunal Regional do trabalho - TRT, em reunião do seu pleno, ontem a tarde, resolveu manter a decisão da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento que determinou a reintegração de Claudio Charles Girard, que foi demitido da Eletrosul por revelar a principal prova do envolvimento da Elos no "esquema PP".

Para a diretoria da Sinergia, o julgamento no TRT e a votação do relatório da



Ontem a tarde, o Pleno do TRT resolveu negar pedido da Eletrosul que impugnava a reintegração de Claudio Girard à empresa. Ele revelou as provas do envolvimento da Elos no "Esquema PP".

Na continuação, o relatório resalta o episódio ocorrido na Eletrosul (onde o negócio não aconteceu) como contra-ponto ao realizado na Fundação Elos. Segundo o relator da CPI, na página 309 do relatório, "Antonio dos Santos Renna, diretor financeiro da Eletrosul, declarou que pessoa da alta administração da Eletrobrás informou-lhe haver um pedido dos altos escalões do Governo federal para que a Eletrosul viesse a adquirir um lote de ações da Sade. Ademais, soube pelo presidente da fundação que os fundos de pensão aderiram ao esquema de compra dessas ações, por imposição de membros do Governo federal".

CPI estão, finalmente, "dissipando a nuvem de fumaça que a diretoria da Eletrosul criou para esconder a podridão que existe na empresa". Estes fatos tornam inconsistentes várias atitudes da Eletrosul, como as ações criminais movidas contra o Sinergia e seu presidente, Mauro Passos, em virtude da denúncia. "Como reclamar calúnia quando o envolvimento já está comprovado?", pergunta Passos.

LINHA VIVA

Nº 219
26/03/93

Greve dia 2 em defesa da Celesc

Até o dia 30/03 estarão ocorrendo assembleias dos trabalhadores da Celesc em todo o estado, para discutir a situação atual da empresa e o descumprimento do acordo proposto pela própria empresa. A Intersindical, nestas assembleias, estará defendendo uma greve no dia 2 de abril, em protesto contra o descumprimento de acordo e o sucateamento da empresa.

Conforme boletim que está sendo distribuído na empresa pelas Intersindical, "são números e mais números a comprovar que os serviços e a credibilidade da empresa estão em franca decadência. Culpa de quem? Dos celesquianos é que não! A cada dia mais e mais serviços básicos são "entregues" às empreiteiras, que só têm compromisso com os seus lucros". Um exemplo disso é o festival de erros nos serviços de leitura e entrega de faturas, que o Linha Viva denunciou na semana passada.

Com isso quem perde é a população. É a sociedade catarinense quem está sendo penalizada com cada vez mais frequentes blecautes, mau atendimento e deterioração da qualidade do fornecimento da energia.

Segundo os sindicatos, "o verdadeiro sucateamento é concretamente a preparação para a venda da Celesc, isso que chamam de privatização. Ao invés de investir em recursos próprios, a direção da empresa vai repassando dinheiro para as empreiteiras, fazendo com que a Celesc fique refém dos empresários".

Mas a manifestação programada para o dia dois é, também, um repúdio e um alerta aos "diretores sem palavra da Celesc". O descumprimento anunciado de um acordo que foi proposto pela própria empresa está entalado na garganta dos eletricitários. A aplicação da política salarial como foi acordado (linearmente) "é questão muito mais séria do que salário: é seriedade, respeito com os empregados!".

O informativo diz, ainda, "que o movimento do dia dois também é um alerta para os que querem fazer da Celesc um trampolim para a sua carreira política. Diariamente vemos nos jornais notícias de que o presidente da Celesc, Raimundo Colombo, tem gastado muito tempo em viagens pelo interior, onde alterna tarefas da empresa com reuniões de seu partido".

Dados do LV contestados

O engenheiro de Segurança do Trabalho da Celesc, José Jailton de Santana, escreveu ao Linha Viva contestando algumas informações publicadas na edição de 4 de janeiro passado. A primeira incorreção apontada por ele é sobre a forma de grafar os números **12.085 milhões de acidentes de trabalho e 5.096 milhões**, que dão a idéia de bilhões. Segundo Santana a forma correta é 12,085 milhões e 5,096 milhões. Feita então a correção.

A seguir ele contesta a percentagem apresentada (média de 5,3 acidentes na Celesc e Eletrosul). Acontece que ela foi calculada em cima de números reais e não há como mudá-los. Também discorda que houveram 24 acidentes de trabalho na Celesc, no ano passado. Para ele o número é 18 (14 de acidentes típicos e 4 de doenças profissionais). Os 9 acidentes computados como de trajeto ele diz serem "somente para fins legais", por que ocorrem "fora do âmbito das empresas".

O engenheiro Santana também não concorda que o Sinergia tenha apontado vários focos de ambientes insalubres. Cita como exemplo a contagem de níveis de amônia na Central de Cópias da empresa. Nós porém mantemos nossas críticas. No caso específico da Central de Cópias, fizemos vistoria com o ex-chefe da Área de Segurança e Medicina do Trabalho, Aurídio Alves, que concluiu que seriam necessários novos testes (ainda não feitos). Depois disto, um funcionário já desmaiou no local.

Além disso apesar do relatório feito pelo Sinergia em 20 de no-

vembro de 1990(dois anos atrás) vários focos continuam a existir. 1) Iluminamento (deficiente em quase toda empresa). 2) Ruído (impressoras, micros, ar condicionado, fotocopiadoras). 3) Umidade (copas). 4) Sala de reprodução heliográfica. 5) Maioria do mobiliário em desacordo com a NR 17, o mesmo ocorrendo na área de informática. Na Secretaria os funcionários digitam 8 horas/dia. 6) Fios atrapalhando o trânsito de pessoas. 7) Materiais depositados no piso (inclusive na sala da SESMT). 8) Portas de vidro, placas de forro (já provocaram acidentes). 9) Escritório de Tijucas vai desabar.

Existem outros focos apontados pela CIPA e também não estão nesta lista os problemas da SE Roçado, Almoxarifado Palhoça, CEFA, Subestações, escritórios, Central de Atendimento e Usinas.

Santana contesta também a necessidade da Celesc assumir o papel de zelar pela segurança nos serviços terceirizados e o número de mortes nas empreiteiras no ano passado: segundo ele foram 8, três deles fatais. Nossos números vieram do Serviço de Segurança e Acidente de Trabalho.

Por fim diz que no apelo feito para que os trabalhadores exijam seus direitos, deveria ter sido salientado que os empregados devem usar os equipamentos de proteção e seguir procedimentos seguros para execução de suas tarefas. É verdade e acrescentaríamos mais: à par da conscientização deve existir ainda a fiscalização do Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho.

Agência Fpolis elege CIPA

Dia 11 de março os empregados no Departamento Regional da Grande Florianópolis, da Celesc, elegeram os membros da sua Cipa. O resultado da eleição é o seguinte:

Aldo Brito Filho (223 votos), Genésio A. Pedro (198 votos), Mauro Antonio Pacheco (195 votos), Alcides Passos Filho (179 votos), Alcides Victorino de Moura (135 votos), Almir José Vergínio (127 votos), José Jaime Karmmes (117 votos), Sandro Cesar Cardoso (101 votos), Antonio Walter Albur-

querque (97 votos), João Carlos Garcia (83 votos), Rui Rogério Roedel (82 votos), Dilson Francisco Vieira (81 votos), Osvaldir Zeferino Cardoso (70 votos), Valmor J. C. Junior (65 votos), Lourenir M. Rosa (58 votos), Ari S. Vasconcelos (49 votos), Adelcir Luiz de Santi (45 votos).

De acordo com a legislação trabalhista, os seis primeiros colocados serão membros efetivos da Cipa e do sétimo ao décimo segundo colocado serão suplentes.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Dinivaldo Gilloli. Editores: Gastão Casel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS4966). Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone: (0482) 22-3866. Telefax: (0482) 23-5596. Telex: 481555. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Congresso aponta para sindicato nacional de eletricitários

Organizar todos eletricitários do Brasil num sindicato nacional, que seria na prática a formalização do Comando Nacional dos Eletricitários, é umas das consequências do **Contrato Coletivo** que está sendo proposto pelo Ministério do Trabalho. Isto foi o que afirmou o Secretário de Relações do Trabalho deste ministério, Roque Aparecido da Silva, numa palestra no 1º Congresso dos Trabalhadores Urbanitários do Sul do Brasil, realizado em Curitiba no final de semana passado.

Segundo o assessor de Barelli, o Contrato Coletivo é uma prática que vem sendo adotada nos países mais desenvolvidos e o Brasil também vai caminhar nesta direção. Segundo ele existem duas vertentes, fortes e distintas, nas tratativas sobre o Contrato Coletivo.

Uma é esta proposta pelo ministério do Trabalho envolvendo o ramo de atividade econômica, preservando as conquistas já obtidas. No caso das empresas de energia elétrica, seria um contrato que abrangeria todos os eletricitários, organizados num sindicato nacional.

A outra forma de contrato, respaldada pela Fiesp, fala de um Contrato Coletivo, não por ramo de atividade, mas sim por empresas. As conquistas já obtidas seriam zeradas. As razões da Fiesp são óbvias: pulverizar as forças. No caso do setor elétrico, haveria contratos por empresas e os sindicatos também se organizariam por empresas. Na prática, seria a formalização das intersindicais.



Urbanitários do Sul do Brasil estiveram reunidos em Curitiba

Este assunto foi um dos mais debatidos no Congresso, uma vez que estas profundas mudanças nas relações trabalhistas estão previstas para breve. Mas os 300 delegados presentes ao evento de Curitiba discutiram também temas como **Estrutura Sindical, Mercosul e Revisão Constitucional**.

A palestra que iniciou a discussão sobre Mercosul foi proferida pelo deputado federal do PT paranaense, Edésio Passos. Ele alertou que a integração Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai está fundamentada numa lógica neoliberal, sem nenhuma preocupação com a melhoria social das populações carentes destes países. Tudo foi simplificado a uma visão mercadológica, e ninguém fala das profundas diferenças trabalhistas, previdenciárias, energéticas, entre outras, diz o deputado Edésio Passos convocou os trabalhadores a ficarem atentos e exigirem sua participação

nos grupos de trabalho existentes no Mercosul.

RETROCESSO - "Não existem mais de 100 deputados, no Congresso Nacional, capazes de votar integralmente pela manutenção das conquistas obtidas na Constituinte. Uma revisão neste momento implicará em retrocesso social", este é o quadro atual em Brasília, segundo Ulisses Roedel, advogado trabalhista e Diretor do Diap (Departamento Intersindical de Apoio Parlamentar), que proferiu uma palestra sobre **Revisão Constitucional**.

Riedel levantou sua preocupação com a relação de forças extremamente desfavorável aos trabalhadores dentro da Câmara e do Senado, já que estamos próximos da revisão e fortes lobbies já começam a serem feitos dentro do Congresso, buscando a reedição do "Centrão".

O tema principal do Congresso era **Estrutura Sindical**. Durante a apresentação das teses já ficou clara a

divisão da plenária em dois grupos: os que defendem o fortalecimento da Federação Nacional dos Urbanitários e os que pregam a extinção lenta e gradual desta estrutura com a criação de uma organização embrionária de um sindicato nacional.

Esta última proposta, surgiu basicamente dentro dos sindicatos de Florianópolis e Joinville, ganhando adesão de outros delegados durante os debates. Entretanto, a plenária entendeu, por maioria, que seria uma aventura muito grande alterar totalmente a estrutura existente sem uma discussão mais aprofundada. Desta forma a tese da manutenção da Federação obteve cerca de 70% dos votos da plenária, sofrendo entretanto um forte revés quando da votação da estrutura da direção da FNTIU.

Delman Ferreira, diretor do Sinergia, que levou ao Congresso uma proposta de nova estruturação da federação, relata que "a plenária, percebendo que os vícios que habitam a Federação teriam que ser extirpadas, votou pela nossa proposta, que altera profundamente a relação de mando e poder dentro desta organização." Na avaliação de Delman, "o resultado foi extremamente válido. Demos uma sacudida naquela estrutura e plantamos a semente do Sindicato Nacional que é a segunda etapa do Comando Nacional dos Eletricitários e, com certeza, é o futuro da organização dos trabalhadores de uma categoria a nível nacional".

Bancários requerem suspeição de juizes do TRT

O Sindicato dos Bancários de Florianópolis protocolou no último dia 18 no Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina um processo em que requer a suspeição dos juizes classistas patronais do Tribunal, Armando Gonzaga e Helmut Anton Schaarschmidt, e sua exclusão dos processos trabalhistas envolvendo o Bradesco.

O processo de "exceção de suspeição" foi ingressado porque os juizes solicitaram ao Bradesco, um dos principais réus da Justiça do Trabalho em todo país, a doação ao TRT de 30 microcomputadores PC-XT modelo Nexus 2600, com drives, winchwesters, monitores e teclados; 15 impressoras marca Rima modelo XT 180; e 30 softwares de sistema operacional Sisne Plus. O valor contábil atribuído à doação é de Cr\$ 367 milhões.

A doação foi efetivada por contrato assinado em 14 de janeiro, pela diretoria regional do Bradesco de Flo-

rianópolis. Segundo o gerente de Marketing da agência central do Bradesco de São Paulo, Antônio Celso Inocêncio, "o banco atendeu a solicitação por entender que os equipamentos podem aperfeiçoar e agilizar o trabalho da Justiça". Para Inocêncio, "não há nenhum constrangimento e nem interesse na doação". Só o Sindicato dos Bancários de Florianópolis tem 16 ações em tramitação na Justiça do Trabalho contra o banco.

O processo protocolado no TRT pede o afastamento dos juizes classistas dos casos em que o Bradesco é réu. Os próprios juizes podem se declarar impedidos de atuar nesses processos, por causa do pedido de exceção de suspeição". Caso isso não ocorra, o pleno do Tribunal julgará o pedido do Sindicato.

A declaração de suspeição terá efeito imediato sobre a ação em que o Sindicato dos Bancários exige do

Bradesco que volte a pagar os salários no dia 20 de cada mês. Essa ação tramita há cinco anos na Justiça e tem Armando Gonzaga como relator - e ainda não teve solução definitiva.

Além do processo, o Sindicato dos Bancários coleta assinaturas de outras entidades de trabalhadores do Estado, subscrivendo um dossiê sobre o caso que será enviado à OAB, Associação dos Magistrados, Assembleia Legislativa e Ministério Público de Santa Catarina.

O documento já tem assinaturas de 35 entidades sindicais, pedindo que os organismos "se manifestem na defesa da honra e da dignidade do TRT/SC". O sindicato espera coletar a assinatura de 200 entidades sindicais.

TRIBUNA LIVRE

Feliz Aniversário

Mauro Passos
Presidente do Sinergia

Nem todo mundo consegue fazer 267 anos. Tu conseguiste. Passaste por poucas e boas ao longo destes anos todos. Fostes invadida várias vezes. Até teu nome trocaram. E sequer te respeitaram. Por ironia do destino acabaram te dando o nome, justamente daquele que te pisou e teus filhos matou.

A tudo isto sobreviveste. Bela e formosa, assististes os anos passarem. A ponte Hercílio Luz ao Brasil te ligou. Com a BR 101 o progresso chegou. Sem te consultar, um aterro fizeram. Te tiraram o mar, inclusive o Miramar. Mas o tempo tudo apaga. Chamaram o Burle Max e o aterro até bonito ficou. Começaste a aceitá-lo, quando novamente o homem veio e, mais uma vez, sem te consultar construiu um "sambódromo". Não satisfeito partiu agora para a construção de um "cocosódromo", que tu rezas todos dias para que funcione e que não deixe no ar, o cheiro próprio e indistigável do produto ali coletado.

Com o aterro, também novas pontes vieram. A Colombo Salles e a do Orofino. Filho famoso desta terra que, por tudo que fez, até nome de ponte virou. E por falar em filhos, tens também os adotivos: os permanentes e os de verão. Os permanentes são aqueles que pra cá vieram apaixonados por tua beleza. Estes, daqui não saem. Os de verão, ao contrário dos permanentes, vêm mas voltam. São centenas de milhares. Dizem até que já chegaram a milhões.

Embora tu sempre tenhas os recebido bem, às vezes eles te incomodam. Sem que tu queiras, falta água e falta luz. Os preços vão para as nuvens e até o dinheiro que circula é outro. O som que vem do calçadão da Felipe não é aquele que teus ouvidos estão acostumados a ouvir. Em Canasvieiras então, nem se fala. A mudança é tanta que até parece que aquela linda baía não te pertence mais.

Santa e bela Ilha de Santa Catarina, tua história não cabe no papel. Tua vida intensa e cheia de episódios não cabe na memória. O verde da tua mata e o azul do teu mar, não cabe numa foto. As 267 velas, que pôr direito tens, não cabem num bolo. Entretanto, o respeito, o carinho e admiração, que todos temos por ti, cabe com folga no nosso coração.

Feliz aniversário, Nossa Senhora do Desterro.

A Quem Interessa o fim das Caixas de Previdência das Estatais

Fernando Amaral
Presidente do Sindicato dos
Bancários do Rio de Janeiro

É impressionante o cinismo de parte do empresariado brasileiro quando ataca as Caixas de Previdência dos funcionários de estatais. Refiro-me àqueles que só se sustentam às custas do Estado, que sempre estiveram no governo deste país e nunca determinaram que o governo cumprisse as normas legais e recolhesse sua parcela de contribuição para a Previdência oficial.

Estes mesmos empresários esquecem-se, hoje, de dizer que as Caixas de Previdência dos empregados de estatais foram criadas para que estas empresas, cujos regulamentos e estatutos obrigavam a complementação das aposentadorias, ficassem livres dessa obrigatoriedade.

Esquecem-se de dizer que, para cada aposentadoria de Cr\$ 20 milhões, a Previdência oficial só paga aproximadamente Cr\$ 900 mil. O restante, que caberia às estatais, é pago pelas Caixas de Previdência.

Esquecem-se de dizer que os empregados de estatais pagam, além da Previdência oficial como todo cidadão brasileiro, mais 6% de seus salários para as Caixas.

Esquecem-se de dizer que, caso não existissem hoje as Caixas, os empregados de estatais não se aposentariam e, portanto, representariam um custo muito maior para as estatais e para o governo.

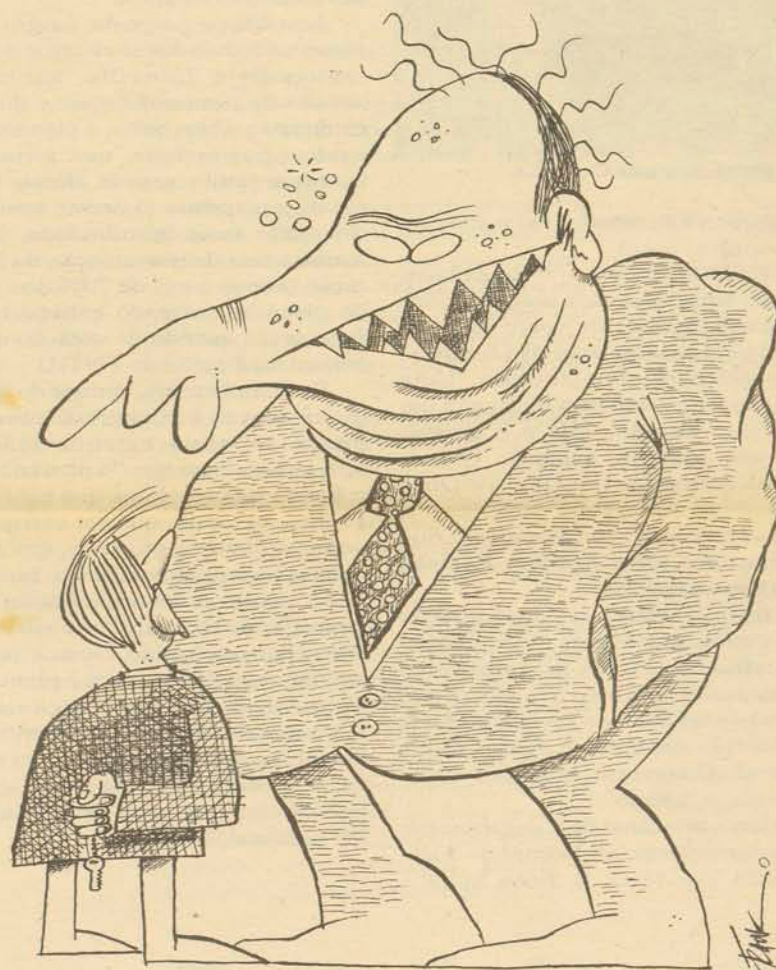
Esquecem-se de dizer que, por determinação legal, grande parte dos recursos das Caixas de Previdência é aplicado nas bolsas de valores em benefício das empresas privadas.

Deveriam estar preocupados agora em comparar os resultados das administrações honestas feitas pelos empregados de estatais em suas caixas com as administrações politiquêiras da Previdência oficial, indicadas por representantes da iniciativa privada. Por que será que as Caixas estão bem e a Previdência oficial vai mal?

É hora de esclarecermos o porquê desses ataques às estatais. Com a falên-

cia da Previdência oficial cresce a ganância daqueles que vivem às custas dela. São esses empresários que querem agora unificar os recursos da Previdência oficial e privada, para continuarem a administrar mal esses recursos. Deveríamos, isto sim, começar a examinar a possibilidade de as Caixas de Previdência efetuarem empréstimos a pequenas e médias empresas que pretendem fazer investimentos de médio e longo prazos para gerar empregos e produção.

Aproveitamos para propor uma reflexão. Se as Caixas de Previdência dos empregados das estatais são bem administradas; se conseguiram grandes patrimônios mesmo sendo obrigadas a comprar "micos"; se são administradas pelos próprios empregados das estatais; se cumprem seus compromissos de forma justa e correta ao invés do que fazem os montepios; por que não deixar que os próprios trabalhadores escolham os administradores da Previdência oficial, arcando o governo com a sua parcela de contribuição para a Previdência oficial? Por que não é solicitada a assessoria das Caixas de Previdência,



para que se apresente um projeto de saneamento e reestruturação da Previdência oficial?

O cidadão brasileiro de empresa privada paga à Previdência oficial contribuição sobre dez salários mínimos, durante 30 anos, e se aposenta com dois salários mínimos. O cidadão brasileiro funcionário de estatal paga à Caixa de Previdência contribuição sobre dez salários mínimos, durante 30 anos, e se aposenta com dez salários mínimos. Qual das duas deve ser modificada e objeto de rigorosa apuração judicial e policial?